

A QUESTÃO FISCAL EM 2006 (*)

Mário Ramos Ribeiro
Doutor em Economia pela USP
Docente da Unama e da UFPa
Presidente do Banpará

O fato econômico mais importante a ser monitorado em 2006 é o desempenho das finanças públicas. É aqui, e não nas taxas de juros, que reside o coração de qualquer economia que almeje sustentabilidade macroeconômica.

É verdade que existe uma natural atração para se medir o desempenho econômico por números imediatos. Gosta-se de discutir os fenômenos mais à superfície como a selic, o desemprego, o PIB, a taxa de inflação, o câmbio e outros aparentados. Falso deleite. São epifenômenos, apenas pairam à superfície das causas mais profundas.

A notícia de uma desaceleração na taxa de crescimento do PIB e o ressurgimento de pressões altistas na taxa de inflação no final de 2005 nos obrigam a pensar se alguma coisa de errado aconteceu ou se estamos apenas assistindo a uma briga de ministros. Inicialmente, é bom lembrar que o velho *tradeoff* inflação versus desemprego continua em boa forma: se queremos menos inflação devemos embutir no seu custo o aumento do desemprego, ou o surgimento de pressões descendentes sobre o PIB. Pelo menos no curto prazo. Acrescente um pouco de crise política, de *lag* na política monetária, de má reputação, de falta de fé e teremos assunto suficiente para alguns seminários.

O Brasil é uma sociedade incipiente no que existe de mais importante que é formação do seu mapa contratual (direitos e deveres dos membros da *polity*). Quando as sociedades amadurecem a *polity*-os pilares políticos da socioeconomia-forma um conjunto básico de regras de conduta e de sanção. Formam-se suas instituições jurídicas, políticas e econômicas. Daí é um pulinho para que o sistema de preços possa funcionar como o melhor sinalizador de oportunidades de investimento e o mercado- desta vez como verdadeira instituição- se transforme no melhor alocador de recursos.

O primeiro problema contratual da *polity* é a questão fiscal, isto porque a resolução desta equação antecede a formação do Estado. A questão fiscal é endógena ao macro-modelo pois seu escopo e definição vêm dos membros da *polity*. Determinar quem paga o almoço e quem come contribui para a escolha do *menu* de política econômica. As instituições (regras do jogo) vêm em primeiro lugar, a política econômica é um sub-ótimo, é sobremesa. Se um país tem boas instituições fiscais é mais difícil o surgimento de uma política fiscal ruim.

Uma questão fiscal "resolvida" deve ter os seguintes atributos:

a) O regime (regras de conduta e de sanção) fiscal deve ter dominância sobre o regime monetário. Neste quadro o Tesouro não "usa nem abusa" do Banco Central, que desfruta de plena autonomia operacional (o que não é a mesma coisa que independência do Bacen);

b) A dívida pública não pode ser usada para compensar a ausência de empréstimos do Bacen. Existe um problema ético que deve ser respeitado: o ônus transferido para as gerações futuras;

c) A política fiscal deve ser subordinada ao regime fiscal. A política fiscal é de uso dos governantes eleitos, que navegam, às vezes, em outros mares que nada têm em comum com o interesse da *polity*. O regime fiscal, diferentemente, é determinado pelos membros da sociedade politicamente estruturada;

d) É praticamente impossível que os dois interesses olhem para o mesmo ponto no horizonte em países de governos voluntaristas e populistas. Nestes, os governantes visam a maximizar as condições de suporte eleitoral no futuro mais imediato; o regime fiscal aspira equilíbrios de mais longo prazo, e não aceita condutas que gerem inconsistências intertemporais, usualmente muito presentes na discricionariedade fiscal.

O ano que se inicia vai ser decisivo para a consolidação institucional do trabalho iniciado no período 1993-2002. O seu calcanhar de Aquiles é uma eventual vitória da Casa Civil sobre o Tesouro e o Banco Central.

Não dá para assistir comendo pipoca...